

# SUMÁRIO

*Abreviaturas usadas*, xi

*Prefácio à 2ª edição*, xiii

*Prefácio*, xv

*Apresentação*, xvii

## **Parte I – ENTENDENDO A LEGISLAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, 1**

### **1 Evolução Histórica da Tributação Simplificada, 3**

1.1 O surgimento do Simples Nacional, 5

1.2 Opção pela lei complementar no Simples Nacional, 6

1.3 Alterações no Simples Nacional impostas pela LC nº 147/2014, 8

### **2 Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, 14**

2.1 Empresa em início de atividade e a proporcionalidade, 17

2.2 Limite adicional para exportação de mercadorias e serviços, 18

2.3 O que se entende por receita bruta, 19

### **3 Vedações ao Ingresso no Simples Nacional, 25**

3.1 Análise das hipóteses de vedação, 26

3.2 Atividades e seus anexos, 43

#### **4 Conceitos de Receita, 48**

- 4.1 Segregação de receitas, 52
  - 4.1.1 Imunidade, 58
  - 4.1.2 Exigibilidade suspensa, 59
  - 4.1.3 Isenção, 60
  - 4.1.4 Redução de ICMS/ISS, 61
  - 4.1.5 Valor fixo ICMS/ISS, 66
  - 4.1.6 Fator “R”, 67
- 4.2 Sublimites de receitas ou outras faixas de receita bruta, 69
  - 4.2.1 Empresas em início de atividades, 73

#### **5 Alíquotas do Simples Nacional, 75**

- 5.1 Tipos de alíquotas, 76
  - 5.1.1 Alíquota normal, 77
  - 5.1.2 Alíquota máxima, 81
  - 5.1.3 Alíquota majorada, 81

#### **6 IPI, PIS, COFINS, ISS e ICMS – Noções Fundamentais, 83**

- 6.1 IPI, 83
  - 6.1.1 Conceito de industrialização no RIPI, 84
  - 6.1.2 Suspensão, isenção e alíquota zero, 87
  - 6.1.3 Atividade industrial ou serviço, 89
- 6.2 PIS/COFINS, 91
  - 6.2.1 A tributação concentrada no Simples Nacional, 93
  - 6.2.2 Produtos sujeitos à tributação concentrada, 96
  - 6.2.3 Produtos sujeitos a substituição tributária de PIS e COFINS, 103
  - 6.2.4 Suspensão, isenção, alíquota zero e imunidade, 106
- 6.3 ISS, 109
  - 6.3.1 Procedimento de retenção, 110
  - 6.3.2 Retenção na fonte, 112
  - 6.3.3 O credor do ISS, 113
  - 6.3.4 Retenção indevidamente determinada pelo município, 115
  - 6.3.5 Repercussão da retenção no Simples Nacional, 116
- 6.4 ICMS, 118
  - 6.4.1 Substituição tributária, 121
  - 6.4.2 Regime de antecipação do imposto, 128
  - 6.4.3 Diferencial de alíquota, 133
- 6.5 CPP – Contribuição Patronal Previdenciária, 134

- 7 Obrigações Acessórias, 139**
  - 7.1 Documentos fiscais, 141
    - 7.1.1 Contribuinte com permissão de recolher ICMS/ISS dentro do Simples, 141
    - 7.1.2 Contribuinte sem permissão de recolher ICMS/ISS dentro do Simples, 142
  - 7.2 Livros fiscais e contábeis, 144
  - 7.3 O livro-caixa, 146
  - 7.4 Declarações, 152
    - 7.4.1 Outras declarações, 153
  - 7.5 Arquivos eletrônicos, 154
  
- 8 Exclusão do Simples Nacional, 155**
  - 8.1 Exclusão a cargo do contribuinte, 155
  - 8.2 Exclusão a cargo dos fiscos (de ofício), 157
  - 8.3 Análise das hipóteses de exclusão, 159
  - 8.4 A produção de efeitos do ato exclusório, 173
  - 8.5 Exclusão automática, 175
  - 8.6 Efeito tributário pós-exclusão, 176
  
- 9 Distribuição de Lucros ou Dividendos, 178**
  - 9.1 Empresas optantes do SIMPLES NACIONAL (Supersimples) – A partir de 1.7.2007, 178
  - 9.2 Proibição de distribuir lucros, 179
  
- 10 Processo Administrativo e Judicial no Simples Nacional, 183**
  - 10.1 Processo administrativo, 184
    - 10.1.1 Intimação eletrônica, 187
    - 10.1.2 Prazo para ciência, 189
    - 10.1.3 Processo de consulta, 189
    - 10.1.4 Consulta ineficaz, 191
    - 10.1.5 Efeito da consulta, 192
    - 10.1.6 Dúvidas dos contribuintes – Soluções de Consultas e de Divergências, 194
  - 10.2 Do processo judicial, 207
    - 10.2.1 Hipóteses em que a União não terá legitimidade passiva, 208
    - 10.2.2 Prestação de auxílio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, 209
    - 10.2.3 Inscrição em dívida ativa e sua cobrança judicial, 210
    - 10.2.4 Convênio e o desmembramento de competência, 211

## **Parte II – AUDITORIA DO SIMPLES NACIONAL, 213**

### **11 Fiscalização, 215**

- 11.1 Base legal, 217
- 11.2 Primeiro passo, 235
- 11.3 Segundo passo, 238

### **12 Infrações no Simples Nacional, 240**

- 12.1 Omissão de receitas, 241
  - 12.1.1 Falta de emissão de documento fiscal, 242
  - 12.1.2 Receitas não escrituradas ou escrituradas a menor, 243
  - 12.1.3 Cancelamento fictício de documento fiscal, 244
  - 12.1.4 Suprimento de caixa não comprovado, 244
  - 12.1.5 Saldo credor de caixa, 246
  - 12.1.6 Diferença de estoque, 248
  - 12.1.7 Depósito ou investimento em instituição financeira com origem não comprovada, 249
  - 12.1.8 Falta de escrituração de pagamentos efetuados, 251
  - 12.1.9 Passivo fictício, 252
- 12.2 Diferença de base de cálculo, 256
- 12.3 Insuficiência de recolhimento, 256
- 12.4 Estudo aplicado das infrações, 257

### **13 Na Auditoria, o que Saber sobre IPI, ISS, ICMS, PIS e COFINS, 264**

- 13.1 IPI, 264
- 13.2 ISS, 265
- 13.3 ICMS, 265
- 13.4 PIS e COFINS, 265

### **14 Questões de Concursos e Demais Exercícios, 267**

### **Anexos, 285**

- Anexo I da Lei Complementar nº 123/2006, 286
- Anexo II da Lei Complementar nº 123/2006, 287
- Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006, 288
- Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, 289
- Anexo V da Lei Complementar nº 123/2006, 290
- Anexo VI da Lei Complementar nº 123/2006, 293
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, 295

### *Bibliografia, 373*